

**ATA**

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Congratulou-se e felicitou o Governo por ter excluído da Lei do Setor Empresarial Local as empresas municipais que tenham por objeto principal a gestão de equipamentos culturais. Congratulou-se, também, com a manutenção daquele diploma legal e não com a sua revogação como aqui chegou a ser proposto, acrescentando ser importante a existência de uma lei que defina regras para o funcionamento das empresas municipais. Referiu, ainda, que discordava das afirmações do Presidente da Câmara quando diz que este diploma trouxe muitas dificuldades para Guimarães, bem como que o anterior Governo tinha um complexo ideológico para com as autarquias locais, lembrando uma série de governos, também socialistas, muito centralistas. -----

2 – Vereador Antônio Monteiro de Castro – Leu, em voz alta, um documento sobre as intempéries que se fizeram sentir, sobretudo neste último fim de semana, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Ao longo de praticamente toda a passada semana viu-se o nosso país, de norte a sul, assolado por um temporal intenso e consecutivo, caracterizado por ventos fortes e chuva intensa. Poder-se-á dizer, sem grande exagero, que este temporal nos veio nos lembrar a realidade que parecia termos já esquecido acerca da nossa localização peninsular, caracterizada em termos climatéricos, por um clima temperado marítimo. Na verdade, durante mais de uma semana, o mau tempo e os efeitos devastadores da sua ocorrência encheram as primeiras páginas dos jornais assim como ocuparam diariamente a primeira meia hora dos telejornais dos diferentes canais televisivos. Do Minho ao Algarve todo país sofreu com o temporal. Neste oceano de desgraças mereceram especial castigo as zonas ribeirinhas das cidades e vilas que têm o privilégio de conviver e de serem servidas por linhas de água mais ou menos caudalosas. As imagens que correram as televisões, para além do choque e dor que nos transmitiram, mostrando-nos o sofrimento e os prejuízos das populações atingidas pelo mau tempo, trouxeram-nos também à memória o martírio pelo qual passaram muitos de nós vimaranenses ao sermos atingidos pelas habituais inundações da Ribeira da Costa ou de Couros. Os custos materiais e económicos desses acontecimentos eram imensos. As companhias de seguros foram progressivamente demitindo-se de mais indemnizações obrigando-nos mais do que uma vez a bater à porta de novas companhias. Após cada inundação lá tínhamos as habituais operações de limpeza, operações prolongadas por muitas horas, que beneficiavam da generosidade, da solidariedade e boa



vontade dos colaboradores. Depois era o mobiliário e o equipamento, muito dele destruído sem recuperação, seguidos dos trabalhos de carpintaria e de pintor. Eram um pouco este, o cenário que cada inundação provocava em muitas famílias e intuições instaladas no Largo República do Brasil (Campo da Feira) e na zona de Couros. Felizmente Senhor presidente e Senhoras e senhores vereadores, desta vez, tal como em outras muito recentes, Guimarães deixou de ter de conviver com desesperadas situações como essas do passado. Penso poder afirmar, senhor presidente, sem risco de cometer grande erro, que esta intervenção, apesar de eventualmente não ser a que maior visibilidade assume, pelo repercussão e tranquilidade que tem na vida de todos os que partilham aqueles espaços territoriais, terá sido porventura uma das mais importantes se não mesmo a mais importante deste executivo municipal. Estamos pois de parabéns, pela importância que soubemos atribuir na definição do critério de prioridades das obras a realizar e, devo dizer, que está também de parabéns Vossa Excelência por não se ter deixado prender pela proposta de intervenção que nos apresentou inicialmente, tendo-se chegado a um resultado final mais consonante com o que todos pretendemos, que é essencialmente uma intervenção eficaz, isto é, que tenha a capacidade de efetivamente reter as águas que outrora inundavam as zonas baixas da nossa Cidade. Senhor presidente, mas não trago a terreiro este tema apenas com o objetivo de realçar as alterações recentemente introduzidas que puseram fim ao sofrimento provocado pelas inundações que atormentavam a zona baixa da cidade há mais de um século. Trago-o, sobretudo, e em tempo fora de período de acidentes, para lembrar a vossa excelência, e neste importante órgão do Poder Municipal, aquilo que já sabe, mas para que não esqueça, que é o facto do problema

das inundações não estar ainda completa e definitivamente solucionado. Tal como afirmei neste órgão nas diversas intervenções que fiz sobre esta matéria (estudo de que o Sr. Presidente é conhecedor), os estudos técnicos apontavam para necessidade de armazenar um volume de água da ordem dos 25.000 ou 30.000 m³ se se pretendesse fazer face à chuvada que ocorre com o retorno de 50 anos. Ora, a capacidade atualmente instalada nas bacias das hortas situa-se apenas na ordem dos 15.000 m³ pelo que se torna inevitável, se queremos evitar inundações em chuvadas mais intensas do que aquelas que têm ocorrido, pôr a funcionar a bacia construída no parque da cidade que se diz ter capacidade para 10.000 metros cúbicos. Com ela a funcionar de modo sincronizado com as bacias das hortas com recurso a comportas, não teremos provavelmente que nos preocupar pois atingiremos uma capacidade total de armazenamento da ordem dos 25.000 metros cúbicos. E a verdade é que, apesar de a bacia estar construída, ela funciona como bacia mas não como forma de retenção. Estive diversas vezes no local onde me pude aperceber não apenas daquilo que qualquer leigo consegue perceber, que o sistema de retenção não retém efetivamente a água, como ainda que estão a ser testadas várias formas, até com recursos a tábuas de madeira, de retenção mais ou menos artesanal da água que a bacia não retém (se for necessário exibo fotografias que ilustram o que pretendo transmitir). Termino por isso, com duas notas: A primeira para reforçar que ainda bem que o sistema de retenção de águas criado nas Hortas tem funcionado bem, pois tem conseguido compensar a falta de retenção da primeira bacia. A segunda e mais importante, para tornar claro aquilo que aqui disse já por diversas vezes mas que convém que fique expresso de modo inequívoco: o sistema



que aqui sempre defendemos pressupõe uma capacidade de retenção que pode chegar, por segurança, aos 35.000 m³ de retenção, podendo ser plenamente eficaz a partir dos 25.000 m³. A capacidade atual de retenção assegura 15.000 m³ de retenção. Tem sido suficiente para as chuvas de vários dias consecutivos mas não será suficiente para chuvadas de elevada intensidade. Torna-se pois urgente, Senhor Presidente, dar esse importante passo de assegurar o funcionamento pleno da bacia do parque da cidade para que o investimento até agora feito se torne manifestamente mais seguro e sem este tipo de risco.” -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Referiu também, com agrado, o tema das bacias de retenção no Parque das Hortas, dizendo que o centro de Guimarães tornou-se um ponto seguro; **b)** - Perguntou o que estava a impedir a concretização do passeio na rua Comendador Domingos Torcato Ribeiro, perguntando se tal devia a que estava ali a ser feita uma intervenção numa obra particular; **c)** - Congratulou-se com a publicação, em Diário da República de 8 de fevereiro último, do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP), celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e as associações sindicais representadas no Município que define o período normal de trabalho de 35 horas. Perguntou, finalmente, se algum interessado se tinha manifestado contra ou se tinha ocorrido alguma impugnação. -----

4 – Presidente da Câmara – Sobre as declarações, esclareceu: **a)** - Quanto ao ACEP, disse que não tinha conhecimento que algum trabalhador se tenha pronunciado; **b)** - Sobre o passeio da rua Comendador Domingos Torcato Ribeiro, disse que está a correr termos um processo judicial para regularizar a situação; **c)** - Sobre a Lei nº 50/2012 lembrou que foi um diploma que dividiu os partidos, tendo inclusive recordado declarações que ao tempo

proferiu, designadamente que o assunto das cooperativas constituía o maior problema que tinha em mãos. Acrescentou que esta lei, na sua opinião, deveria ser revista na sua íntegra, de forma a possibilitar gerir as entidades locais, pelo que espera que o diploma venha mesmo a ser revogado. Disse, ainda, que esta lei trouxe muitas complicações criando um emaranhado legal sobre o Setor Empresarial Local que, em sua opinião, teve como princípio básico um conceito ideológico do anterior Governo muito redutor relativamente às autarquias locais; **d)** - Sobre as bacias de retenção do Parque das Hortas, disse concordar com os argumentos expendidos pelo Vereador António Monteiro de Castro referindo também que os Serviços do Departamento de Obras Municipais estão, já há algum tempo (mais de um mês), a trabalhar num projeto de encaminhamento das águas pluviais de toda a Urbanização em volta do Complexo Desportivo do Vitória Sport Clube para a primeira bacia, a do Parque da Cidade, para usar a capacidade desta e retirar a pressão da segunda bacia, a das Hortas. Por último, salientou, também, todos os contributos dados para este projeto, por parte de todas as entidades e pessoas envolvidas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de fevereiro de 2016, que adjudicou ao concorrente "Construções Capela Braga, Lda." a empreitada designada por "**Adaptação da Antiga EB1 do Bairro/Pevidém para Escola de Música**", pelo preço de €370.823,22 + IVA, para um prazo de execução de 120 dias. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2016. Foi dispensada a



leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2014 – SEGUNDO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia da Costa, para a execução da obra de pavimentação e drenagem de águas pluviais na rua das Tumbas e na rua de Vilar, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €19.148,09. Após a conclusão das obras na rua de Vilar, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados, em dezembro de 2014, tendo sido elaborado o respetivo auto de medição no valor de €10.812,25. Em outubro de 2015, o Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível executar a pavimentação e drenagem de águas pluviais na rua das Tumbas, pelo que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, em 12 de novembro de 2015 e 18 de dezembro de 2015, aprovaram a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluir a obra até ao final do ano de 2015. Recentemente, o Presidente da Junta de Freguesia solicitou autorização para concluir a obra até ao final de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 28 de outubro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra

deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência do remanescente da correspondente verba para 2016, ou seja, €8.335,84.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE LONGOS - AQUISIÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA ADAPTAÇÃO DO RINGUE DE LONGOS EM PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito da requalificação do ringue desportivo sito no Loteamento da Murteira, nas imediações da Escola EB1, na freguesia de Longos, terreno cedido à Freguesia pelo Município de Guimarães, mediante escritura celebrada em 06 de novembro de 1992, onde se prevê a demolição do atual espaço, uma vez que se encontra degradado, sem condições de acessibilidades e sem instalações de apoio, nomeadamente sanitários e balneários) e a projeção de um recinto desportivo coberto destinado à comunidade escolar para apoio às atividades de tempos livres das crianças e jovens, às atividades desportivas e ainda à realização de espetáculos e eventos diversos, a Junta de Freguesia de Longos solicitou o apoio da Câmara Municipal para a realização dos projetos de especialidades referentes àquela obra. Não existindo a possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil, a Divisão de Estudos e Projetos pretende iniciar um procedimento de ajuste direto para a aquisição dos projetos de especialidades, nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, no valor de €12.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente,



proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de Longos, no valor total de €12.500,00, valor referente à aquisição pela Câmara Municipal de Guimarães dos projetos de especialidades para a obra de requalificação do Ringue Desportivo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS EM MATÉRIA DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO DE 2016

– Presente a seguinte proposta: “Considerando a importância de uma prestação de serviços orientada pela qualidade e eficiência e configurada na ótica dos principais utilizadores – cidadãos, empresas e instituições, bem como a necessária consolidação de um trabalho em rede entre a Câmara Municipal e as Freguesias, norteado pela preocupação em servir os Municípios com um maior grau de eficiência nas diversas áreas de atuação, justifica-se o reforço das competências das Freguesias através de contratualização, no quadro de legislação em vigor. Estabelece o art.º 132º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que se consideram delegadas nas juntas de freguesia um conjunto de competências, nomeadamente as referidas em epígrafe, que até à entrada em vigor daquela lei pertenciam às câmaras municipais. Nos termos do nº 1 do art.º 133º do mesmo diploma, tais competências são transferidas através de acordos de execução entre as câmaras

municipais e as juntas de freguesia. Assim, verifica-se a necessidade de se transferir, desde já, as competências em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, previstas nas alíneas b) e e) do nº 1 do aludido art.º 132º, propõe-se, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Acordos de Execução com as 48 Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2016, por conta das competências a delegar, cujo valor anual atinge o montante global de €455.218,00, conforme discriminado no mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE ENQUADRAMENTO NO REGULAMENTO DO PDM (ARTIGO 29) – TOPSVILLE - Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse municipal para a empresa TOPSVILLE – Malhas & Confeções, Lda, a qual pretende instalar-se em edifício situado na freguesia de Silvares. Da análise do solicitado e dos pareceres emitidos, verifica-se: 1. A empresa em causa constitui-se como de “interesse económico” em consonância com o parecer técnico da divisão de desenvolvimento



económico de 25 janeiro '16; 2. A empresa em causa visa a instalação da sua atividade num edifício licenciado (mas que se encontra por concluir) e de grande presença na paisagem (importando assim a sua conclusão e uso de modo a melhorar a sua presença na paisagem e evitar usos e apropriações indevidas); 3. Em nome da sua rentabilização funcional, as instalações em causa carecem de uma ampliação bem como a reformulação de todo o espaço exterior associado; 4. De modo global, a operação urbanística inerente afigura-se possível e viável, carecendo, contudo, do reconhecimento de interesse público de modo a potenciar o seu enquadramento no plano diretor municipal. Assim, e face ao exposto, porque se apresenta de interesse para a economia do concelho e porque, urbanística e paisagisticamente, se afigura benéfica a intervenção a realizar, entende-se poder encarar favoravelmente a pretensão em causa, propondo-se o reconhecimento de interesse público da empresa TOPSVILLE – Malhas & Confeções, Lda para efeitos de enquadramento no regulamento do plano diretor municipal, nomeadamente no seu artigo 29 (nos termos e condições dos pareceres técnicos anexos ao presente documento). (nota: caso favorável a decisão, a mesma terá de ser objeto de submissão e aprovação por parte do Órgão Executivo). Em anexo, os pareceres técnicos emitidos pelas divisões de urbanismo e desenvolvimento económico.” Os referidos pareceres técnicos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO DE CANDIDATURA PARA
ADMISSÃO DE EMPRESAS COM SELO “GUIMARÃES MARCA” –**

Presente a seguinte proposta: “No passado dia 4 do corrente mês foi aprovado, em reunião de executivo, o regulamento de

candidatura para admissão de empresas com selo "GUIMARÃES MARCA". Contudo, por lapso, o documento continha incorreções na numeração dos artigos do capítulo IV e não incluiu o código de identidade relativo à utilização gráfica do logotipo pelo que, solicita-se nova votação do referido regulamento na próxima reunião de câmara, e, conseqüentemente, a revogação da deliberação da última reunião. Tal como mencionado na anterior proposta: Guimarães é um concelho de singularidades e afetos e manifesta esse sentimento em vários âmbitos das suas valências, designadamente, na área económica, social, educativa, promoção turística, cultural e desportiva. O projeto de um novo produto de promoção e dinamização do sector empresarial vimaranense, através da associação do seu Património histórico, patrimonial, cultural e do seu tecido económico, constitui uma forte aposta na promoção do nosso território, designadamente, contribuindo para uma maior competitividade face ao contexto globalizado em que vivemos. Reforçar e promover a atratividade do concelho através da difusão dos seus produtos em sinergia com a divulgação das suas tradições e atividades culturais, em associação a um dos mais importantes destinos históricos do país, berço da nacionalidade, pretende elevar a imagem de marca do concelho a um nível superior, numa constante busca pela excelência como hábito. Sob o Selo "GUIMARÃES MARCA", a apresentação de um roteiro industrial, lançado pela Câmara Municipal de Guimarães, visa promover, turisticamente, o património industrial e empresarial do concelho, em articulação com parcerias de empresas estabelecidas no concelho. É unanimemente reconhecido que o nome e a imagem do "Centro Histórico" da Cidade de Guimarães extravasaram há muito as fronteiras do domínio da cidade, com uma sempre subjacente ideia de qualidade e excelência associada, fator



determinante de reconhecimento internacional e procura turística. No entanto, como uma das áreas mais industrializadas do Norte, representando por isso um local estratégico e com enormes potencialidades de investimento, onde a robustez e o ambiente negocial criam excelentes oportunidades para os seus residentes e visitantes, impera um plano de potenciação de sinergias, acionado pelo roteiro industrial, entre a vertente profissional/industrial da cidade e a oferta turística e cultural, perspetivando-se a abertura de uma nova janela de oportunidade. A iniciativa "GUIMARÃES MARCA" constitui uma estratégia fundamental do Município de Guimarães na promoção do desenvolvimento económico do concelho, e tem como objetivo lançar um "novo produto turístico" sustentado no património industrial e empresarial do concelho, porque Guimarães "é mais do que cultura". O selo "GUIMARÃES MARCA" foi apresentado oficialmente em 2012. Em 2014, com a criação da Divisão de Desenvolvimento Económico (DDE), foi lançado o objetivo de reenquadrar o projeto num âmbito da promoção do tecido económico do Concelho, no panorama nacional e internacional, associando sempre o prestígio da história da Cidade à atividade económica que sempre caracterizou o território do Ave. Para a ambiciosa estratégia de promoção do desenvolvimento económico do concelho, a concretizar pela DDE, a ação pretende reforçar a ideia de Guimarães como um território de oportunidades para investir, procurando intensificar a atratividade do município na captação de novos investimentos nacionais e estrangeiros, e também estimular o empreendedorismo empresarial já existente. Trata-se, assim, de um projeto cuja estrutura se funda em seis grandes eixos de intervenção: - Promoção do tecido empresarial do concelho, associando-o à marca "Guimarães Património Mundial / Berço da Nacionalidade

Portuguesa”; - Promoção do centro histórico de Guimarães, Património da Humanidade desde 2001, através das empresas exportadoras; - Reconhecimento do papel fundamental das empresas associadas, atribuindo um selo de prestígio, que visa distinguir um produto de referência; - Promoção do networking e do associativismo, entre o município e as empresas, realizando em organização conjunta diversos eventos de promoção e divulgação; - Produção de um catálogo anual, que agregue todas as empresas associadas, e que visa a promoção do concelho a nível nacional e internacional. A par do catálogo, a realização de um vídeo promocional; - Associação do turismo à atividade económica, partilhando sinergias, inserindo o projeto “GUIMARÃES MARCA” nos roteiros turísticos da cidade. Desta forma, sob o selo “GUIMARÃES MARCA”, pretende-se apresentar um roteiro industrial, lançado pela Câmara Municipal de Guimarães, que visa promover, turisticamente, o património industrial e empresarial do concelho, em articulação com parcerias de empresas estabelecidas no concelho, cujo acesso e utilização cabe regulamentar. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 17 de Setembro de 2015, dar início ao procedimento tendente à aprovação do Regulamento de candidatura para admissão de empresas com selo “Guimarães Marca”, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da



matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente Regulamento, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ff) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” O Regulamento de Candidatura para Admissão de Empresas com selo “GUIMARÃES MARCA” e anexos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – MINUTA DE CONTRATO ADICIONAL AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - Presente, para aprovação, a minuta de contrato adicional ao contrato de aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães na parte que respeita ao edifício da Portaria do Mercado Municipal, com início a partir das 00.00h do dia 1 de janeiro de 2016 até ao final do contrato, às

00.00h do dia 16 de abril de 2018, adjudicado por deliberação da Câmara Municipal de 2 de abril de 2015 à empresa "CHARON – Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, SA", pelo preço contratual de €18.742,66, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE “BENEFICIAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL NAS FREGUESIAS DE CREIXOMIL, URGEZES, AZURÉM, FERMENTÕES E MESÃO FRIO” – Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Contratação de serviços referentes aos trabalhos necessários para a realização do projeto de “Beneficiação e eficiência energética de edifícios de habitação social nas freguesias de Creixomil, Urgez, Azurém, Fermentões e Mesão Frio”. **2. Considerandos:** • A informação técnica da Divisão de Estudos e Projetos, em anexo ao presente pedido de parecer prévio; • A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar requer uma equipa com capacidade crítica e com conhecimentos e capacidades, nomeadamente, nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia eletrotécnica e mecânica; • De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; • Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração



superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), norma que se encontra em vigor por força do disposto no artigo 12.º -H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, que foi mantido em vigor ex vi n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro), a Câmara Municipal autorize a abertura de um procedimento de Concurso Público, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na realização do projeto de "Beneficiação e eficiência energética de edifícios de habitação social nas freguesias de Creixomil, Urgezes, Azurém, Fermentões e Mesão Frio "; b) A despesa estima-se em €192.000,00 (cento e noventa e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 3.2.2.06, do Plano Plurianual de Investimentos; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um concurso público, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos, de acordo com os pressupostos contantes da informação técnica da DEP anexa ao presente pedido de parecer prévio; e) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por força do art.º 7.º do mesmo diploma legal e do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e nos termos constantes da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, que procede à extinção da redução remuneratória na Administração

Pública.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – OFERTA DE PUBLICAÇÕES À BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO NO ANO DE 2015 – Presente a

seguinte informação: “Para devidos efeitos, remete-se a reunião de Câmara a aceitação de 611 publicações oferecidas à Biblioteca Municipal Raul Brandão, por várias entidades, durante o ano 2015, constante da listagem em anexo. Informa-se que às ofertas referidas foram atribuídos os seguintes valores: Livro €20,00; DVD €15,00; CD €15,00. **Ano de 2015** - 592 livros; 7 DVD; 12 CD - valor estimado (tendo por referência o valor de mercado) - €12.120,00.” A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - CRIAÇÃO DO GABINETE DE AUDITORIA INTERNA – Presente a seguinte proposta: “Auditoria

interna é “uma atividade independente e objetiva, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação” (definição do Institute for Internal Auditors - IIA, 2000). No âmbito da gestão pública contemporânea, a auditoria interna é um instrumento de modernização e uma ferramenta de análise da situação real da Autarquia. O recurso às auditorias internas decorre também da necessidade de previsão de risco e, conseqüentemente, de apoio à tomada de decisão, constituindo, assim, uma função de apoio preventiva e corretiva, quanto às práticas utilizadas na prossecução das competências referidas. Deste modo, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com o



disposto no n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a criação de uma nova unidade orgânica flexível, que se designará por **Gabinete de Auditoria Interna**, com a missão de identificar e avaliar as atuais ou potenciais situações de risco e verificar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno instituído pelos órgãos competentes, com vista a assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares e a prossecução dos objetivos fixados. No âmbito da estrutura orgânica, o Gabinete de Auditoria Interna, equiparado a divisão municipal, fica na dependência direta do Presidente da Câmara, com o seguinte conteúdo funcional: **Gabinete de Auditoria Interna** - 1 - O Gabinete de Auditoria Interna é o serviço de fiscalização e controlo internos da atividade dos serviços camarários nos diversos domínios, cabendo-lhe em especial: a) Realizar e monitorizar as ações de auditoria; b) Avaliar a adequabilidade do Sistema de Controlo Interno à realidade do Município, contribuindo para a sua consolidação. c) Proceder às inspeções, sindicâncias, inquéritos ou processos de meras averiguações às restantes unidades orgânicas, que forem determinados pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara; d) Auditar as contas da autarquia bem como a aplicação de fundos disponibilizados aos serviços para funcionamento corrente; e) Elaborar, acompanhar e monitorizar o Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e elaborar o correspondente relatório anual de avaliação interna; f) Avaliar o grau de eficiência e economicidade das despesas municipais; g) Elaborar o seu parecer sobre medidas tendentes a melhorar a eficiência dos serviços e a modernização do seu funcionamento, dirigindo o seu parecer aos órgãos da autarquia; h) Averiguar os

fundamentos de queixas, reclamações ou petições de munícipes sobre o funcionamento dos serviços municipais, propondo, sempre que for caso disso, medidas destinadas a corrigir procedimentos julgados incorretos, ineficazes, ilegais ou violadores dos direitos ou interesses legalmente protegidos; i) Acompanhar as auditorias externas e colaborar na elaboração dos contraditórios aos relatórios elaborados e monitorizar a aplicação das recomendações aceites. j) Verificar a implementação das ações corretivas decorrentes dos relatórios das auditorias realizadas. l) Proceder a estudos, emitir pareceres ou desempenhar outras tarefas de apoio técnico, de acordo com a sua área de intervenção. m) O exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município relacionadas com as descritas nos números anteriores. 2 - Os órgãos municipais asseguram ao Gabinete de Auditoria Interna os meios materiais e humanos necessários ao desempenho das suas competências, as quais serão exercidas com plena autonomia. 3 - Os trabalhadores e, em especial, os titulares dos lugares de direção e chefia têm o dever de colaborar com o Gabinete de Auditoria Interna no âmbito das funções a este cometidas, disponibilizando a informação de que disponham e que lhes seja solicitada. Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação da alteração do Mapa de Pessoal para 2016, em anexo, conforme previsto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, onde se contemplam os postos de trabalho considerados necessários para o desenvolvimento da atividade do Gabinete de Auditoria Interna.” A alteração ao Mapa de Pessoal dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----****ENTIDADES PARTICIPADAS - VITRUS AMBIENTE, EM, SA –
TRÂNSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE BENS – AUMENTO DE
CAPITAL SOCIAL –**

Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães, tomada em sua sessão ordinária de 28 de Junho de 2010, foi aprovada a criação da empresa municipal VITRUS AMBIENTE, EM, SA, que veio a ser constituída por escritura de 8 de Setembro de 2010. Em 18 de Janeiro de 2011 foi celebrado entre o Município de Guimarães e a VITRUS um contrato de gestão, através do qual o Município de Guimarães atribuiu à VITRUS, em regime de exclusividade, a prestação dos seguintes serviços de interesse geral: a) A gestão e realização dos serviços de recolha e transporte para destino final dos resíduos sólidos urbanos acondicionados nomeadamente em contentores de profundidade, instalados e que venham a ser instalados no concelho de Guimarães; b) A limpeza e a desinfeção desses contentores bem como de todos os meios e equipamentos necessários à realização dos serviços referidos na alínea anterior; c) A limpeza de edifícios e espaços onde estejam instalados quaisquer serviços da Câmara Municipal, ou outros edifícios onde venham a ser instalados esses mesmos serviços, sejam de propriedade do Município ou de terceiros. Nesta sequência, e com a implementação do sistema PAYT “pay-as-you-throw”, pague pelo resíduo que produz no Centro Histórico de Guimarães, que implica alteração ao sistema de recolha indiferenciada e seletiva, deposição e limpeza pública, ao qual a VITRUS passou a ser entidade gestora, conforme regulamento aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 12 de dezembro de 2015. Considerando ainda, o contrato de prestação de serviços de limpeza de edifícios integrados no património do município e a limpeza das vias e

espaços públicos, sarjetas e sumidouros, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015 pela Câmara Municipal na sua Reunião de 19 de fevereiro de 2015 e pela Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015. Neste contexto, é agora necessário transferir para a empresa a propriedade dos equipamentos afetos à execução destes serviços, nomeadamente:

a) Uma viatura de recolha de resíduos: 60-93-ZG – n.º inventário 136857 – valor atribuído: €8.000,00; b) Uma retroescavadora: 67-NQ-28 – n.º inventário 3969 – valor atribuído: €7.500,00; c) Uma varredora Johnston CN 200 – n.º inventário 210571 – valor atribuído: €40.493,98; d) Um aspirador urbano: glutton 2411 elétrica – n.º inventário 264974 – valor atribuído: €16.522,34. Para este efeito, deverá a transferência de bens assumir a forma de aumento de capital por parte do Município de Guimarães na VITRUS, sendo o corresponde valor €72.516,32, valor este atribuído pela Divisão de Património do Município de Guimarães. Assim, deixo à consideração superior, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de aumento de capital social do Município de Guimarães na empresa municipal VITRUS, através da entrega de bens em espécie, cujo valor atribuído é de €72.516,32, nos termos da al. n) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo i da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, designadamente os seus art.ºs 21.º e 22.º.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade.** -----



ENTIDADES PARTICIPADAS - REVOGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015 E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE APROVARAM A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA O ANO DE 2016. – Presente a seguinte proposta: **“I - ENQUADRAMENTO PRÉVIO:** **1.** A Assembleia Municipal, em sessão de 18 de dezembro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de dezembro de 2015, deliberou aprovar a celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães (doravante, o **MUNICÍPIO**) com a Oficina – Centro de artes e mestres tradicionais de Guimarães, CIPRL. (doravante, a **OFICINA**), para o ano de 2016. **2.** Contrato-programa esse que, de acordo com a minuta aprovada naquelas deliberações, tinha a finalidade de, em síntese, regular a relação entre as partes e definir os objetivos e as metas a atingir pela Cooperativa A Oficina no desenvolvimento da sua atividade no domínio promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços no âmbito da programação regular. **3.** De facto, de acordo com o vertido, quer nos considerandos daquela minuta de contrato-programa (vide pontos 15 e seguintes), quer nos pressupostos do Estudo de Viabilidade Económica -Financeira da OFICINA, era entendido que, na senda da legislação atual, os serviços promovidos pela OFICINA em benefício do MUNICÍPIO, no âmbito da organização dos designados Eventos Âncora (Eventos como o GUIDANCE – Festival Internacional de Dança Contemporânea, o Guimarães Jazz, os Festivais Gil Vicente, entre outros), não poderiam integrar aquele contrato-programa, uma vez que

consubstanciariam verdadeiros contratos onerosos de prestação de serviços e integrariam um dos objetos previstos no domínio da contratação pública. **4.** Sucede que, em recente jurisprudência do Tribunal de Contas tornada pública, relativa a decisão sobre situação de empresa local com objeto social idêntico ao da OFICINA, mais propriamente no Acórdão n.º 19/2015 - de 17 de dezembro - 1.ª Secção/PL, concluiu aquele Tribunal que as prestações de serviços em apreço naquele acórdão, e análogas aos aqui denominados Eventos Âncora, não consubstanciam verdadeiras prestações de serviços nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, porquanto correspondem a uma atividade prestada de forma não mercantil, em regime de continuidade e não circunstancial, à luz dos preceitos legais nele melhor identificados, e, portanto, devem integrar antes os contratos-programa previstos no artigo 47.º da LAEL. **5.** De tal interpretação assente em critérios de custos, na aceção jurídico-contabilística adotada e prevista no Sistema de Normalização Contabilística, bem como no critério da continuidade do fornecimento dos serviços, plasma-se naquele Acórdão que "as vias contratuais ajustadas à realização de transferências financeiras das entidades públicas participantes para as suas empresas são os contratos-programa previstos nos art.ºs 32.º, n.º 3, 47.º, n.º 1 e 50.º, do RJEL, sendo que, nesta matéria, tais entidades não dispõem de discricionariedade para optar por um ou outro tipo contratual, sob pena de, e entre o mais, se comprometer a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no art.º 62.º, n.º 1, ainda daquele diploma." **6.** Linha condutora essa que implica, necessariamente, uma alteração estrutural do enquadramento jurídico-contabilístico em que assentou o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da OFICINA, com consequências diretas



quanto ao âmbito sobre o qual deverá novo contrato-programa incidir, abrangendo, igualmente, os Eventos Âncora enquanto atividades de interesse geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 45.º da LAEL. **7.** Uma vez que o contrato-programa aprovado pela Assembleia Municipal, em apreço ainda não foi outorgado pelas partes, propõe-se a revogação daquelas deliberações para subsequente aprovação de um outro contrato-programa que não contenda com as indicações soberanas vertidas no referido Acórdão daquele órgão de fiscalização. **8.** Desta sorte, foi já solicitada uma revisão daquele Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, à luz do enquadramento jurídico-contabilístico adotado no Acórdão supra identificado, no sentido de se proceder a aprovação de novo contrato-programa que acolha aquele entendimento. **II – PROPOSTA:** Assente nas razões enumeradas, propõe-se a revogação da deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2015, que aprovou celebração de um contrato programa entre o Município de Guimarães e A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano de 2016, bem como propor à Assembleia Municipal a revogação da deliberação que, com o mesmo objeto, foi tomada em sessão de 18 de dezembro de 2015.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Esta temática, como a temos designado e como o têm igualmente reconhecido os responsáveis socialistas da Câmara Municipal, é o maior problema que esta Câmara tem para resolver. Mas que seja claro, problema causada apenas por ela própria. Problema que existe hoje porque a Câmara de Guimarães quis, ao longo dos anos e dos sucessivos Governos, manter um sistema que na realidade

representava uma fuga ao regime instituído para o setor empresarial local. A lei permitiu, a dada altura, que os municípios pudessem deter extensões materiais da sua atividade, mas despidas das limitações que impõe o contrato de trabalho da função pública, isto é, permitiu-se aos municípios deter verdadeiras empresas, cujos trabalhadores estavam sujeito ao regime do contrato individual de trabalho, e não ao regime em vigor para a função pública, permitindo-se assim maior elasticidade e eficiência na gestão de determinados pelouros a cargo do ente público autárquico, de nível municipal. No entanto, em Guimarães, não satisfeitos com esta permissividade legal, a gestão socialista da Câmara de Guimarães resolveu ir ainda mais longe. Desta forma, ao invés de deter empresas municipais, sujeitas ao respetivo regime legal, resolveu atuar politicamente nas áreas para as quais disponibiliza maiores índices de investimento, por serem as suas áreas centrais de atuação de acordo com a sua opção política (cultura, desporto e ação social), resolveu atuar dizíamos com recurso à figura das cooperativas. No entanto, cooperativas fictícias no que respeita à dimensão ideológica do cooperativismo pois que nelas detém o Município de Guimarães percentagens de participação sempre superiores a 90%: são as régie-cooperativas. Contra isto sempre se manifestaram os partidos dos vereadores subscritores, desde a primeira hora, defendendo que se devia ter seguido o caminho de criação de empresas municipais. A verdade é que esta opção da Câmara Municipal acabou por a trazer para o ponto em que inevitavelmente cai quem procura viver à margem das regras instituídas, que é a de ficar "enredada na própria teia". A Lei 50/2012 veio a impedir a transferência de montantes financeiros, mediante protocolo, para entidade que não fossem Empresas Municipais. Mas a Câmara de Guimarães cuidando-lhe



aplicar-se-lhe um diferente regime legal, continuou alegremente a manter em vigor os referidos protocolos, que naturalmente, vieram a ser chumbados pelo Tribunal de Contas. Logo se seguiu a habitual vitimização de que a culpa seria do Tribunal de Contas, depois não era do Tribunal de Contas porque este se limitava a aplicar a Lei, era então do Governo que a havia criado. A culpa, claro está, nunca foi de quem tentou sempre viver à margem das regras instituídas, era do Governo. No momento seguinte, mantendo a estratégia de abdicar de procurar uma adaptação ao regime em vigor no País de que este município faz também parte, até porque lhe deu origem, a Câmara ensaia a interpretação do Tribunal de Contas de que as cooperativas, ainda que régie-cooperativas, são entidades equiparáveis a associações privadas (porque têm outros cooperantes privados, ainda que minoritários), pelo que estas prestações de serviços o deveriam ser através do regime previsto para a contratação pública, o que, atentos os valores em consideração, teria que assumir a figura do concurso público. A Câmara de Guimarães avança então para o concurso público desta atividade: serviços sociais, culturais e desportivos. Dá início ao procedimento concursal, numa votação que contou com a participação de todos os vereadores, que inclusive subscreveram uma declaração de voto. Onde se incluíam os vereadores das respetivas pastas – social, cultural e desportiva – que acumulavam funções com a de Presidentes das respetivas cooperativas. Mais tarde, quando – para grande surpresa! – as régie-cooperativas em causa vieram a sair vencedoras dos respetivos concursos públicos, das peças do procedimento constavam declarações sob compromisso de honra, destes três vereadores enquanto Presidentes das entidades a concurso, em como não tinham tido conhecimento prévio dos documentos do

concurso. Imediatamente os vereadores aqui subscritores chamaram a atenção para esta ilegalidade manifesta, e solicitaram ao executivo socialista que anulasse o concurso público e desse início a novo procedimento. Primeiro, estes nossos ouvidos ainda ouviram que tinha sido engano na elaboração da ata, mas depois, numa fase (apesar de tudo) de maior sensatez, tivemos como resposta a teimosia habitual: que confiavam no que estava feito e que confiavam que o Tribunal de Contas não deixaria de aprovar. O Tribunal de Contas veio, obviamente, a reprovar tal tentativa de fazer passar um procedimento concursal com ilegalidades manifestas. Aliás, foi até o Tribunal de Contas bastante tolerante e permissivo ao não ordenar a extração de certidões atenta a gravidade dos factos de que teve conhecimento objetivo e sobre os quais não quis refletir, para além da recusa de visto sobre que lhe competia apreciar. A Câmara de Guimarães encontra-se, assim, nesta situação, por não ter querido converter estas régie-cooperativas em empresas municipais, como podia nos termos da própria Lei 50/2012. O que não fez de forma obviamente intencional, para que se lhe não aplicassem as regras que neste País um Governo em legitimidade de funções entendeu fazer aplicar a todo o setor empresarial local. A Câmara de Guimarães, sempre mais inteligente e avisada, quis manter o seu regime paralelo, quis continuar a viver à margem das regras instituídas, de tal modo que tem vivido todos estes anos com as suas cooperativas incólumes às regras que existem em Portugal para o setor empresarial local, e que estão a ser cumpridas em todo o País, menos em Guimarães. Posteriormente a Câmara opta por uma saída que é afinal igual ao caminho que vinha sendo seguido, isto é, continuou com expedientes a procurar fugir ao que está instituído e a permitir-se viver à margem das regras que se



aplicam para todos os outros municípios. Num expediente que se elogia pela sua inteligência jurídica, que é aliás proporcional à sua simplicidade, a Câmara propôs-se entregar, às mesmas cooperativas, todos os edifícios públicos que estas até aqui geriam mediante protocolo celebrado com o Município, mas sob o regime de comodato. Contudo, para vigorar o comodato, não podem as cooperativas naturalmente explorar os respectivos espaços, ou estaríamos perante uma concessão. Assim sendo, as receitas advindas da exploração dos espaços constituirá receita própria do Município de Guimarães, e nunca do comodatário que apenas utilizará gratuitamente os referidos espaços. Em compensação passou a Câmara de Guimarães a atribuir um subsídio, subsídio esse que não sendo sujeito a visto do Tribunal de Contas não constituiria qualquer problema do ponto de vista jurídico. Contra tudo isto sempre se manifestaram este grupo de Vereadores, alertando que se estava sistematicamente a adiar o problema, conforme comprovam as várias intervenções efetuadas neste órgão e respetivas declarações de voto. Finalmente, em Fevereiro de 2015 o Sr. Presidente da Câmara decidiu mudar de estratégia e propor ao Governo uma alteração legislativa, visando que o regime da lei 50/2012, que tanto foi criticada pelos Socialistas, se aplicasse também às Cooperativas de Interesse Público, as Régie Cooperativas. De imediato, e após reunião mantida entre o Sr. Presidente de Câmara e o Vereador André Coelho Lima, se dispuseram este grupo de vereadores da Coligação Juntos Por Guimarães para Junto do Governo manifestar a nossa concordância com a necessidade de alteração da lei 50/2012 e apelar a que a mesma fosse efetuada com a maior brevidade possível. Em resultado das diligências efetuadas junto do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel poiares Maduro e do Sr.

Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Leitão Amaro, a Lei foi alterada, com rapidez que se deve registar (recordando que ao que se julga saber somente o Concelho de Guimarães se pronunciou sobre esta necessidade), sendo Publicada em DR no dia 16 de Julho de 2015 – a Lei nº 69/2015. Do parecer Jurídico então recolhido pela Câmara a propósito das implicações legais das regras inovatoriamente estabelecidas pela Lei 69/2015, cumpre destacar: “A Lei viria a consagrar quanto às régies cooperativas a solução que foi sugerida”; “A Lei permite expressamente a celebração de contratos-programa entre a Câmara Municipal e as cooperativas – cfr. Artigos 47º e 50º da Lei 50/2012; “Não consta da lei qualquer limitação à possibilidade de atribuição de subsídios pela Câmara Municipal às cooperativas”; “Nos termos do artigo 27º da Lei 50/2012 ... as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais (leia-se também cooperativas)”. Foi com base nesta alteração legislativa que em 17 de Setembro de 2015 foi apresentada em reunião de Câmara uma proposta de aprovação de um Contrato programa com a Régie Cooperativa Oficina no montante de 935.344,06 Euros. Adicionalmente foi apresentado um estudo independente de viabilidade económica e financeira que conclui pela viabilidade económica e financeira 2016-2018 de acordo com os requisitos exigidos pela LAEL. Ou seja, comprova-se aquilo que sempre dissemos, e que o PS sempre contrariou, que seria possível uma empresa municipal ou Régie-cooperativa cumprir com os critérios estabelecidos no artigo 62 da lei 50/2012 relativamente à viabilidade económica e financeira! Assim e considerando que: Aplicadas às régie cooperativas as disposições relativas às empresas locais com as devidas adaptações e o regime dedicado àquelas empresas que não cumpram os requisitos quanto à



viabilidade económica e financeira e racionalidade económica, que resulta da alteração legislativa; Sendo possível, à luz da lei 50/2012, a celebração de contratos programa entre o Município e as Régie-cooperativas; Sendo apresentado estudo de viabilidade económica e financeira que comprova a possibilidade de cumprimento dos critérios de sustentabilidade da Oficina; Lamentando todo o tempo perdido em resultado das opções erróneas seguidas pelo Partido Socialista durante muito tempo; Defendendo uma solução de estabilidade para o futuro da Oficina, dos seus trabalhadores e do trabalho que desenvolve, mas que ao mesmo tempo cumpra com os requisitos da legislação em vigor e da sua sustentabilidade económica e financeira; Os Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães votaram favoravelmente esta proposta, tendo o respetivo contrato-programa sido aprovado por unanimidade e mais tarde sancionada pela Assembleia Municipal em reunião de 29 de Setembro de 2015. Na reunião de 10 de Dezembro de 2015, reafirmando mais uma vez tudo o que foi dito anteriormente e considerando: o estudo de viabilidade económico e financeiro atualizado que comprova a possibilidade de a Oficina cumprir com os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 50/2012, alterada pela lei 69/2015, contrariando o que o PS sempre foi dizendo; A importância do papel desenvolvido pela Oficina na promoção da Cultura. Os Vereadores da Coligação Juntos Votaram favoravelmente a proposta de contrato programa para 2016 apresentada nessa reunião de Câmara, em coerência com o que sempre dissemos e defendemos, apesar de discordarmos de alguns considerandos da proposta e minuta de contrato, nomeadamente o ponto 8 que refere "Foi à estrutura organizacional e humana da **OFICINA** que se ficou a dever organização dos principais eventos culturais da cidade como os

Encontros Internacionais de Música de Guimarães, a Semana da Dança, as Oficinas de Jazz e o Guimarães Jazz, os Festivais Gil Vicente, as Festas da Cidade e Gualterianas, a Feira de Artesanato, o Teatro Oficina e a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais”, menosprezando o papel de várias associações culturais de Guimarães. Vem agora à reunião de Câmara de 18 de Fevereiro proposta de revogação do contrato programa anteriormente aprovado e proposta de aprovação de novo contrato programa, proposta essa baseada nos seguintes 2 aspetos: 1. A jurisprudência do Tribunal de Contas tornada pública, relativa a decisão sobre situação de empresa local com objeto social idêntico ao da OFICINA, mais propriamente no Acórdão n.º 19/2015 - de 17 de dezembro – 1.ª Secção/PL, concluiu aquele Tribunal que as prestações de serviços em apreço naquele acórdão, e análogas aos aqui denominados Eventos Âncora, não consubstanciam verdadeiras prestações de serviços nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, porquanto correspondem a uma atividade prestada de forma não mercantil, em regime de continuidade e não circunstancial, à luz dos preceitos legais nele melhor identificados, e, portanto, devem integrar antes os contratos-programa previstos no artigo 47.º da LAEL. 2. A Proposta de lei do Orçamento de Estado para 2016 que propõe que os requisitos relativos ao cumprimento dos rácios no que diz respeito aos subsídios (vide alíneas a) e b) do nº 1 do art.º 62º da LAEL) não seja aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura. Ou seja, No contrato programa anteriormente aprovado e respetivo estudo de viabilidade, previa-se um apoio financeiro da autarquia à Oficina para a programação artística regular que incluía todos os eventos promovidos que visassem a divulgação e



dinamização cultural da cidade de Guimarães, mas que não incluía os Eventos Âncora, que seriam previsivelmente, e por indicação do Município, seriam contratualizados entre este e a Oficina, através de contratos de prestação de serviço nos termos do artº 36º da LAEL, não consubstanciando assim em termos jurídico-contabilísticos, subsídios nos termos daquele diploma. No entanto, considerando o Acórdão do Tribunal de Contas acima referido e o facto de a recente proposta de Orçamento de Estado retirar o impedimento de as entidades locais na área da cultura receberem mais de 50% das suas receitas em subsídios à exploração da entidade publica maioritária, vem, na prática, a Câmara de Guimarães agora propor que se inclua no valor do contrato programa a estabelecer entre a autarquia e a Oficina o valor que anteriormente estava previsto contratualizar através de contratos de prestação de serviços. Assim, Apesar de considerarmos que parte destes Eventos âncora se enquadram perfeitamente numa prestação de serviços da Oficina à Autarquia e ainda, que alguns destes eventos poderiam também ser financiados através de apoios e subsídios atribuídos pela autarquia a outras entidades como é o caso das Associações Marcha Gualteriana, Convívio, CAR (entidades parceiras organizadoras de alguns destes eventos). Considerando o estudo de viabilidade económico e financeiro atualizado que comprova a possibilidade de a Oficina cumprir com os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 50/2012, alterada pela lei 69/2015 e agora pela proposta de Orçamento de estado de 2016; Considerando a importância do papel desenvolvido pela Oficina na promoção da Cultura e a necessidade de financiar a sua atividade; Reiterando tudo o que foi dito anteriormente. Os Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães votam favoravelmente esta proposta.” -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA 2016, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS

– Presente a seguinte proposta: **“I - ENQUADRAMENTO:**

1. A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL (doravante **OFICINA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 14 de Março de 1989, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro; **2.** O **MUNICÍPIO** é seu cooperante, exercendo sobre ela uma influência dominante por ser detentora de 84,11% dos títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 5 do seu artigo 5.º, que dispõe que “nenhum membro admitido após a constituição da **OFICINA** poderá subscrever títulos de capital cujo montante represente mais de vinte por cento do total de capital social”. **3.** Com a constituição da **OFICINA**, de acordo com o seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura. **4.** A **OFICINA** nasceu, portanto, da vontade de criar uma estrutura capaz de valorizar, promover e divulgar as artes tradicionais de trabalhar os materiais, património vimaranense diversificado nas áreas e rico nas formas, e de promover e realizar ações e espaços de formação potenciadores da descoberta de talentos e do desenvolvimento de competências dos cidadãos que as frequentam, ao mesmo tempo de aprofundamento do conhecimento da identidade vimaranense. **5.** Sendo que, àqueles



primeiros objetivos veio um outro, mais tarde, enriquecer a sua área de atividade, o de desenvolver um projeto de intervenção teatral, forma privilegiada de expressão e comunicação e, portanto, instrumento fundamental para o desenvolvimento cultural da cidade de Guimarães. **6.** Ao longo de mais que uma década de atividade, a **OFICINA** afirmou-se com passos significativos na conquista de um espaço próprio de intervenção, de afirmação e reconhecimento, de que beneficiou, naturalmente todo o Concelho de Guimarães. **7.** Ademais, desde 2003, e em estreita colaboração com outras instituições, aberta à contemporaneidade, com os cidadãos, deu o seu maior contributo para a democratização do acesso aos bens culturais e, por essa via, para a construção de uma cidade, de um concelho mais democrático e inclusivo. **8.** De facto, foi à estrutura organizacional e humana da **OFICINA** que se ficou a dever a continuidade e reforço de eventos culturais anuais iniciados pelo Município e hoje organizados em parceria, como os Encontros Internacionais de Música de Guimarães, a Semana da Dança, as Oficinas de Jazz, o Guimarães Jazz, ou os Festivais Gil Vicente, bem como o lançamento e consolidação de novos eventos como a Feira de Artesanato, o Teatro Oficina, o Guidance ou a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais – que contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento sustentado da Cidade de Guimarães em termos culturais, e aqui designados por Eventos Âncora. **9.** Em 2005 foi atribuída a gestão do equipamento cultural Centro Cultural Vila Flor que veio potenciar o desenvolvimento cultural da Cidade, dando solidez ao projeto que se vinha a desenvolver e que se pretendia consolidar designado por Programação artística regular. **10.** O projeto foi tão bem-sucedido que, em 2012, a **OFICINA** surgiu, naturalmente, como parceiro estratégico do **MUNICÍPIO** na realização da *Guimarães 2012*,

Capital Europeia da Cultura, sendo responsável pela implementação de trinta e três operações, tendo, a partir de Junho de 2012, integrado na sua gestão, por opção do **MUNICÍPIO**, a Plataforma das Artes e da Criatividade, na qual está instalado o Centro Internacional das Artes José de Guimarães e o Centro de Criação de Candoso. **11.** A **OFICINA** adquiriu, desta forma, o know-how, capacidade técnica e os recursos humanos indispensáveis para o desenvolvimento da sua missão no âmbito do seu objeto social. **12.** Porquanto, tem sido o motor das atividades de produção e programação que se constituem como um serviço público de cultura de excelência reconhecida, acolhendo um conjunto vasto de disciplinas, práticas, linguagens e géneros artísticos, um número muito elevado de artistas das mais diversas, e afirmado como multidisciplinar e multicultural. **13.** Aliás, até à presente data, a política da programação artística regular da **OFICINA** tem permitido garantir a qualidade e coerência da programação, repartindo-a pelas áreas do teatro, da música, da dança, do novo circo, das artes plásticas e do cinema, tendo como finalidade última formar públicos, promovendo a sua participação num espaço público constituído pelas artes do espetáculo, sempre aliada a processos de gestão equilibrados numa área de atuação de interesse público tão pouco valorizada pelos governos em geral. **14.** Mais, a **OFICINA** tem vindo, de uma forma continuada, a desenvolver e prestar os serviços ora designados de Eventos Âncora em benefício do **MUNICÍPIO**. **15.** Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em



que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. **16.** Na sequência daquela redação introduzida, o **MUNICÍPIO** solicitou a elaboração de um estudo independente de Viabilidade Económica e Financeira (doravante **ESTUDO**), que concluía pela viabilidade económica financeira da **OFICINA**, de acordo com os requisitos exigidos pela **LAEL**. **17.** Estudo de Viabilidade Económica - Financeira esse que inseria na Programação artística regular todos os eventos promovidos pela **OFICINA** que visassem a divulgação e dinamização cultural da cidade de Guimarães, mas que não incluía naquela subdivisão denominada Programação Regular (PR), os Eventos Âncora supra referidos que previsivelmente, e por indicação do **MUNICÍPIO**, seriam contratualizados entre este e a **OFICINA**, através de contratos de prestação de serviços nos termos do art.º 36.º da **LAEL**, não consubstanciando, assim, em termos jurídico-contabilísticos, subsídios nos termos daquele diploma. **18.** Sucede que, em recente jurisprudência do Tribunal de Contas tornada pública, relativa a decisão sobre situação de empresa local com objeto social idêntico ao da **OFICINA**, mais propriamente no Acórdão n.º 19/2015 - de 17 de dezembro - 1.ª Secção/PL, concluiu aquele Douto Tribunal que as prestações de serviços em apreço naquele acórdão, mas análogas aos aqui denominados Eventos Âncora, não podem ser qualificadas como verdadeiras prestações de serviços nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, porquanto correspondem a atividades prestadas de forma não mercantil, em regime de continuidade e não circunstancial, à luz dos preceitos legais nele melhor identificados, devendo, sim, fazer parte integrante dos contratos-programa previstos no artigo

47.º da **LAEL. 19.** De tal interpretação assente em critérios de custos na aceção jurídico-contabilística adotada e prevista no Sistema de Normalização Contabilística, bem como no critério da continuidade do fornecimento dos serviços, plasma-se naquele Acórdão que “as vias contratuais ajustadas à realização de transferências financeiras das entidades públicas participantes para as suas empresas são os contratos-programa previstos nos art.ºs 32.º, n.º 3, 47.º, n.º 1 e 50.º, do RJAEL, sendo que, nesta matéria, tais entidades não dispõem de discricionariedade para optar por um ou outro tipo contratual, sob pena de, e entre o mais, se comprometer a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no art.º 62.º, n.º 1, ainda daquele diploma.” **20.** Linha condutora essa que implicaria, necessariamente, uma alteração estrutural do enquadramento jurídico-contabilístico em que assentou o Estudo de Viabilidade Económica – Financeira da **OFICINA**, com consequências diretas quanto ao âmbito sobre o qual deverá o novo contrato-programa incidir, abrangendo, igualmente, os Eventos Âncora enquanto atividades de interesse geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 45.º da **LAEL. 21.** Desta sorte, pelo Município de Guimarães, foi solicitada uma revisão daquele Estudo de Viabilidade Económica – Financeira, na senda do enquadramento jurídico-contabilístico adotado no Acórdão supra identificado, no sentido de se proceder a aprovação de um novo contrato-programa que acolha aquele entendimento (doravante, o **ESTUDO REVISTO**, que fará parte integrante do contrato-programa a aprovar). **22.** Mais foi solicitado que o **ESTUDO REVISTO**, considerasse o impacto dos custos de exploração daquelas atividades, designadas por Eventos Âncora, na viabilidade económica – financeira da **OFICINA** à luz da 3.ª alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proposta e publicada



no artigo 173.º da Proposta de Lei n.º 12/XIII (Proposta de lei de orçamento de estado para 2016, publicada no site da Direção Geral de Orçamento), que propõe que os requisitos relativos ao cumprimento dos rácios no que diz respeito aos subsídios (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 62.º da LAEL) não seja aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura. **23.** Sendo expectável que aquela redação seja brevemente aprovada e concluindo o **ESTUDO REVISTO** que à luz daquela redação a **OFICINA** cumpre todos os requisitos necessários ao cumprimento da referida **LAEL**, e Considerando que: **24.** Todas aquelas atividades são atividades de interesse geral, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. **25.** O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. **26.** A celebração daquele **CONTRATO** é condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**. **II – PROPOSTA: 1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas no ponto anterior, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro

de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano 2016. **2.** Simultaneamente, aprovar a minuta do respectivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da **LAEL**, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que se junta em como anexo VI da minuta de contrato programa), nos termos previstos na alínea c), do nº6 do artigo 25º do **LAEL**, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da **LAEL**; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: **3.** Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos serviços constitui receita da Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL; **4.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repriminado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a informação financeira anexa. **5.** Deliberar que, em conformidade com o disposto no nº 7 do aludido artigo 47º, caso o respectivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, o mesmo seja comunicado à Inspeção-Geral de Finanças



e submetido a sessão de visto prévio do Tribunal de Contas, respeitando-se o prazo previsto para o efeito na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. **6.** Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Esta temática, como a temos designado e como o têm igualmente reconhecido os responsáveis socialistas da Câmara Municipal, é o maior problema que esta Câmara tem para resolver. Mas que seja claro, problema causada apenas por ela própria. Problema que existe hoje porque a Câmara de Guimarães quis, ao longo dos anos e dos sucessivos Governos, manter um sistema que na realidade representava uma fuga ao regime instituído para o setor empresarial local. A lei permitiu, a dada altura, que os municípios pudessem deter extensões materiais da sua atividade, mas despidas das limitações que impõe o contrato de trabalho da função pública, isto é, permitiu-se aos municípios deter verdadeiras empresas, cujos trabalhadores estavam sujeito ao regime do contrato individual de trabalho, e não ao regime em vigor para a função pública, permitindo-se assim maior elasticidade e eficiência na gestão de determinados pelouros a cargo do ente público autárquico, de nível municipal. No entanto, em Guimarães, não satisfeitos com esta permissividade legal, a gestão socialista da

Câmara de Guimarães resolveu ir ainda mais longe. Desta forma, ao invés de deter empresas municipais, sujeitas ao respetivo regime legal, resolveu atuar politicamente nas áreas para as quais disponibiliza maiores índices de investimento, por serem as suas áreas centrais de atuação de acordo com a sua opção política (cultura, desporto e ação social), resolveu atuar dizíamos com recurso à figura das cooperativas. No entanto, cooperativas fictícias no que respeita à dimensão ideológica do cooperativismo pois que nelas detém o Município de Guimarães percentagens de participação sempre superiores a 90%: são as régie-cooperativas. Contra isto sempre se manifestaram os partidos dos vereadores subscritores, desde a primeira hora, defendendo que se devia ter seguido o caminho de criação de empresas municipais. A verdade é que esta opção da Câmara Municipal acabou por a trazer para o ponto em que inevitavelmente cai quem procura viver à margem das regras instituídas, que é a de ficar "enredada na própria teia". A Lei 50/2012 veio a impedir a transferência de montantes financeiros, mediante protocolo, para entidade que não fossem Empresas Municipais. Mas a Câmara de Guimarães cuidando-lhe aplicar-se-lhe um diferente regime legal, continuou alegremente a manter em vigor os referidos protocolos, que naturalmente, vieram a ser chumbados pelo Tribunal de Contas. Logo se seguiu a habitual vitimização de que a culpa seria do Tribunal de Contas, depois não era do Tribunal de Contas porque este se limitava a aplicar a Lei, era então do Governo que a havia criado. A culpa, claro está, nunca foi de quem tentou sempre viver à margem das regras instituídas, era do Governo. No momento seguinte, mantendo a estratégia de abdicar de procurar uma adaptação ao regime em vigor no País de que este município faz também parte, até porque lhe deu origem, a Câmara ensaia a interpretação do



Tribunal de Contas de que as cooperativas, ainda que régie-cooperativas, são entidades equiparáveis a associações privadas (porque têm outros cooperantes privados, ainda que minoritários), pelo que estas prestações de serviços o deveriam ser através do regime previsto para a contratação pública, o que, atentos os valores em consideração, teria que assumir a figura do concurso público. A Câmara de Guimarães avança então para o concurso público desta atividade: serviços sociais, culturais e desportivos. Dá início ao procedimento concursal, numa votação que contou com a participação de todos os vereadores, que inclusive subscreveram uma declaração de voto. Onde se incluíam os vereadores das respetivas pastas – social, cultural e desportiva – que acumulavam funções com a de Presidentes das respetivas cooperativas. Mais tarde, quando – para grande surpresa! – as régie-cooperativas em causa vieram a sair vencedoras dos respetivos concursos públicos, das peças do procedimento constavam declarações sob compromisso de honra, destes três vereadores enquanto Presidentes das entidades a concurso, em como não tinham tido conhecimento prévio dos documentos do concurso. Imediatamente os vereadores aqui subscritores chamaram a atenção para esta ilegalidade manifesta, e solicitaram ao executivo socialista que anulasse o concurso público e desse início a novo procedimento. Primeiro, estes nossos ouvidos ainda ouviram que tinha sido engano na elaboração da ata, mas depois, numa fase (apesar de tudo) de maior sensatez, tivemos como resposta a teimosia habitual: que confiavam no que estava feito e que confiavam que o Tribunal de Contas não deixaria de aprovar. O Tribunal de Contas veio, obviamente, a reprovar tal tentativa de fazer passar um procedimento concursal com ilegalidades manifestas. Aliás, foi até o Tribunal de Contas bastante tolerante e

permissivo ao não ordenar a extração de certidões atenta a gravidade dos factos de que teve conhecimento objetivo e sobre os quais não quis refletir, para além da recusa de visto sobre que lhe competia apreciar. A Câmara de Guimarães encontra-se, assim, nesta situação, por não ter querido converter estas régie-cooperativas em empresas municipais, como podia nos termos da própria Lei 50/2012. O que não fez de forma obviamente intencional, para que se lhe não aplicassem as regras que neste País um Governo em legitimidade de funções entendeu fazer aplicar a todo o setor empresarial local. A Câmara de Guimarães, sempre mais inteligente e avisada, quis manter o seu regime paralelo, quis continuar a viver à margem das regras instituídas, de tal modo que tem vivido todos estes anos com as suas cooperativas incólumes às regras que existem em Portugal para o setor empresarial local, e que estão a ser cumpridas em todo o País, menos em Guimarães. Posteriormente a Câmara opta por uma saída que é afinal igual ao caminho que vinha sendo seguido, isto é, continuou com expedientes a procurar fugir ao que está instituído e a permitir-se viver à margem das regras que se aplicam para todos os outros municípios. Num expediente que se elogia pela sua inteligência jurídica, que é aliás proporcional à sua simplicidade, a Câmara propôs-se entregar, às mesmas cooperativas, todos os edifícios públicos que estas até aqui geriam mediante protocolo celebrado com o Município, mas sob o regime de comodato. Contudo, para vigorar o comodato, não podem as cooperativas naturalmente explorar os respetivos espaços, ou estaríamos perante uma concessão. Assim sendo, as receitas advindas da exploração dos espaços constituirá receita própria do Município de Guimarães, e nunca do comodatário que apenas utilizará gratuitamente os referidos espaços. Em compensação



passou a Câmara de Guimarães a atribuir um subsídio, subsídio esse que não sendo sujeito a visto do Tribunal de Contas não constituiria qualquer problema do ponto de vista jurídico. Contudo isto sempre se manifestaram este grupo de Vereadores, alertando que se estava sistematicamente a adiar o problema, conforme comprovam as várias intervenções efetuadas neste órgão e respetivas declarações de voto. Finalmente, em Fevereiro de 2015 o Sr. Presidente da Câmara decidiu mudar de estratégia e propor ao Governo uma alteração legislativa, visando que o regime da lei 50/2012, que tanto foi criticada pelos Socialistas, se aplicasse também às Cooperativas de Interesse Público, as Régie Cooperativas. De imediato, e após reunião mantida entre o Sr. Presidente de Câmara e o Vereador André Coelho lima, se dispuseram este grupo de vereadores da Coligação Juntos Por Guimarães para Junto do Governo manifestar a nossa concordância com a necessidade de alteração da lei 50/2012 e apelar a que a mesma fosse efetuada com a maior brevidade possível. Em resultado das diligências efetuadas junto do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel poiares Maduro e do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Leitão Amaro, a Lei foi alterada, com rapidez que se deve registar (recordando que ao que se julga saber somente o Concelho de Guimarães se pronunciou sobre esta necessidade), sendo Publicada em DR no dia 16 de Julho de 2015 – a Lei nº 69/2015. Do parecer Jurídico então recolhido pela Câmara a propósito das implicações legais das regras inovatoriamente estabelecidas pela Lei 69/2015, cumpre destacar: “A Lei viria a consagrar quanto às régies cooperativas a solução que foi sugerida”; “A Lei permite expressamente a celebração de contratos-programa entre a Câmara Municipal e as cooperativas – cfr. Artigos 47º e 50º da Lei 50/2012; “Não consta

da lei qualquer limitação à possibilidade de atribuição de subsídios pela Câmara Municipal às cooperativas”; “Nos termos do artigo 27º da Lei 50/2012 ... as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais (leia-se também cooperativas)”. Foi com base nesta alteração legislativa que em 17 de Setembro de 2015 foi apresentada em reunião de Câmara uma proposta de aprovação de um Contrato programa com a Régie Cooperativa Oficina no montante de 935.344,06 Euros. Adicionalmente foi apresentado um estudo independente de viabilidade económica e financeira que conclui pela viabilidade económica e financeira 2016-2018 de acordo com os requisitos exigidos pela LAEL. Ou seja, comprova-se aquilo que sempre dissemos, e que o PS sempre contrariou, que seria possível uma empresa municipal ou Régie-cooperativa cumprir com os critérios estabelecidos no artigo 62 da lei 50/2012 relativamente à viabilidade económica e financeira! Assim e considerando que: Aplicadas às régie cooperativas as disposições relativas às empresas locais com as devidas adaptações e o regime dedicado àquelas empresas que não cumpram os requisitos quanto à viabilidade económica e financeira e racionalidade económica, que resulta da alteração legislativa; Sendo possível, à luz da lei 50/2012, a celebração de contratos programa entre o Município e as Régie-cooperativas; Sendo apresentado estudo de viabilidade económica e financeira que comprova a possibilidade de cumprimento dos critérios de sustentabilidade da Oficina; Lamentando todo o tempo perdido em resultado das opções erróneas seguidas pelo Partido Socialista durante muito tempo; Defendendo uma solução de estabilidade para o futuro da Oficina, dos seus trabalhadores e do trabalho que desenvolve, mas que ao mesmo tempo cumpra com os requisitos da legislação em vigor e



da sua sustentabilidade económica e financeira; Os Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães votaram favoravelmente esta proposta, tendo o respetivo contrato-programa sido aprovado por unanimidade e mais tarde sancionada pela Assembleia Municipal em reunião de 29 de Setembro de 2015. Na reunião de 10 de Dezembro de 2015, reafirmando mais uma vez tudo o que foi dito anteriormente e considerando: o estudo de viabilidade económico e financeiro atualizado que comprova a possibilidade de a Oficina cumprir com os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 50/2012, alterada pela lei 69/2015, contrariando o que o PS sempre foi dizendo; A importância do papel desenvolvido pela Oficina na promoção da Cultura. Os Vereadores da Coligação Juntos Votaram favoravelmente a proposta de contrato programa para 2016 apresentada nessa reunião de Câmara, em coerência com o que sempre dissemos e defendemos, apesar de discordarmos de alguns considerandos da proposta e minuta de contrato, nomeadamente o ponto 8 que refere "Foi à estrutura organizacional e humana da **OFICINA** que se ficou a dever organização dos principais eventos culturais da cidade como os Encontros Internacionais de Música de Guimarães, a Semana da Dança, as Oficinas de Jazz e o Guimarães Jazz, os Festivais Gil Vicente, as Festas da Cidade e Gualterianas, a Feira de Artesanato, o Teatro Oficina e a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais", menosprezando o papel de várias associações culturais de Guimarães. Vem agora à reunião de Câmara de 18 de Fevereiro proposta de revogação do contrato programa anteriormente aprovado e proposta de aprovação de novo contrato programa, proposta essa baseada nos seguintes 2 aspetos: 1. A jurisprudência do Tribunal de Contas tornada pública, relativa a decisão sobre situação de empresa local com objeto social idêntico

ao da OFICINA, mais propriamente no Acórdão n.º 19/2015 - de 17 de dezembro – 1.ª Secção/PL, concluiu aquele Tribunal que as prestações de serviços em apreço naquele acórdão, e análogas aos aqui denominados Eventos Âncora, não consubstanciam verdadeiras prestações de serviços nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, porquanto correspondem a uma atividade prestada de forma não mercantil, em regime de continuidade e não circunstancial, à luz dos preceitos legais nele melhor identificados, e, portanto, devem integrar antes os contratos-programa previstos no artigo 47.º da LAEL. 2. A Proposta de lei do Orçamento de Estado para 2016 que propõe que os requisitos relativos ao cumprimento dos rácios no que diz respeito aos subsídios (vide alíneas a) e b) do nº 1 do art.º 62º da LAEL) não seja aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura. Ou seja, No contrato programa anteriormente aprovado e respetivo estudo de viabilidade, previa-se um apoio financeiro da autarquia à Oficina para a programação artística regular que incluía todos os eventos promovidos que visassem a divulgação e dinamização cultural da cidade de Guimarães, mas que não incluía os Eventos Âncora, que seriam previsivelmente, e por indicação do Município, seriam contratualizados entre este e a Oficina, através de contratos de prestação de serviço nos termos do artº 36º da LAEL, não consubstanciando assim em termos jurídico-contabilísticos, subsídios nos termos daquele diploma. No entanto, considerando o Acórdão do Tribunal de Contas acima referido e o facto de a recente proposta de Orçamento de Estado retirar o impedimento de as entidades locais na área da cultura receberem mais de 50% das suas receitas em subsídios à exploração da entidade publica maioritária, vem, na prática, a Câmara de



Guimarães agora propor que se inclua no valor do contrato programa a estabelecer entre a autarquia e a Oficina o valor que anteriormente estava previsto contratualizar através de contratos de prestação de serviços. Assim, Apesar de considerarmos que parte destes Eventos âncora se enquadram perfeitamente numa prestação de serviços da Oficina à Autarquia e ainda, que alguns destes eventos poderiam também ser financiados através de apoios e subsídios atribuídos pela autarquia a outras entidades como é o caso das Associações Marcha Gualteriana, Convívio, CAR (entidades parceiras organizadoras de alguns destes eventos). Considerando o estudo de viabilidade económico e financeiro atualizado que comprova a possibilidade de a Oficina cumprir com os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 50/2012, alterada pela lei 69/2015 e agora pela proposta de Orçamento de estado de 2016; Considerando a importância do papel desenvolvido pela Oficina na promoção da Cultura e a necessidade de financiar a sua atividade; Reiterando tudo o que foi dito anteriormente. Os Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães votam favoravelmente esta proposta.” -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO SOUTO DA PONTE - FREGUESIA DE GONDAR – Presente a seguinte informação: “Por deliberação camarária de 23 de março de 2006, sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 2 de maio de 2006, foi implementada a alteração de trânsito nas Ruas do Souto da Ponte e do Tanque da Igreja, na freguesia de Gondar, no dia 11 de julho de 2006, com o objetivo de melhorar as condições de fluidez e segurança nos arruamentos em causa. Decorrente da beneficiação do perfil transversal da Rua do Souto da Ponte, e por forma a flexibilizar o acesso local dos moradores, submete-se à apreciação camarária a alteração da postura de trânsito das Ruas

do Souto da Ponte e do Tanque da Igreja, na freguesia de Gondar, conforme anexo. A alteração agora proposta foi aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia.” A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO – CRIAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NA ALAMEDA DR. ALFREDO PIMENTA (NASCENTE) E NA ALAMEDA DR. MARIANO FELGUEIRAS, FACE AO HOSPITAL – Presente a seguinte informação:

“Considerando: a necessidade de adequar a utilização do estacionamento disponível, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo; a requalificação de espaços no centro da Cidade; o congestionamento de trânsito decorrente do estacionamento abusivo que importa regular e ordenar, designadamente em segunda fila, e as suas repercussões na fluidez de trânsito; que a capacidade de estacionamento no hospital e na sua envolvente se tem revelado manifestamente insuficiente, facto que motivou uma reunião com a respetiva administração e Polícia de Segurança Pública; que o município garantirá a abertura do recinto da feira semanal de segunda a quinta-feira, no período das 07.30 às 19.30, por forma a mitigar as eventuais dificuldades de estacionamento sentidas naquela zona da cidade; que esta ação potenciará igualmente o estacionamento periférico e dissuasor à circulação no centro da cidade, sem prejuízo de uma ligação pedonal expedita ao centro da Cidade ou aos transportes públicos, designadamente à linha Cidade dos TUG. Submete-se à consideração superior a criação de duas novas zonas de estacionamento de duração limitada, de acordo com os locais e



condicionantes associadas: i. Alameda Dr. Alfredo Pimenta, do lado nascente, melhor identificada na planta anexa: a. dias úteis das 08h30 às 19h30 e aos sábados das 08h30 às 12h30; b. limite máximo horário de 2 horas; c. taxa prevista na Tabelas de Taxas e Outras Licenças Municipais para os locais de menor procura; ii. Alameda Dr. Mariano Felgueiras, face ao hospital melhor identificada na planta anexa: a. dias úteis das 08h30 às 19h30; b. limite máximo horário de 2 horas; c. taxa prevista na Tabelas de Taxas e Outras Licenças Municipais para os locais de menor procura.” As referidas plantas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A

CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da

informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **A. RODRIGUES CORREIA LOPES, BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO, SA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **37%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **A. RODRIGUES CORREIA LOPES, BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO S.A.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo



(**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TURISMO - CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS NA CIDADE DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “Na prossecução dos objetivos do Município em matéria de promoção turística local, que passam necessariamente pelo desenvolvimento do potencial da cidade e pelo bom acolhimento ao turista, tem-se procurado desenvolver novos mecanismos e competências que permitam oferecer uma resposta mais adequada e assertiva aos desafios resultantes de uma procura cada vez mais diferenciada, exigindo ofertas igualmente diferenciadas. O turismo de Guimarães é um sector em crescimento, que contribui para o desenvolvimento e sustentabilidade económica do Concelho. Permite criar e gerar experiências e promover o bem-estar tanto dos visitantes como dos seus habitantes. Nesse sentido, para além do enfoque na valorização do Património Material e Imaterial, bem como na produção cultural e artística, é importante mantermos o enfoque na promoção e valorização de serviços que fidelizem e atraiam os turistas ao nosso Concelho. Com este propósito, e em função dos resultados conhecidos nos últimos anos, justifica-se dar continuidade à exploração de circuitos turísticos, pelo que, e em conformidade com o Regulamento aprovado para a atribuição destes circuitos turísticos na cidade, proponho a aprovação pela Câmara Municipal da abertura de procedimento de concurso público, destinado à atribuição de duas licenças de exploração de circuitos turísticos, uma em autocarro e a outra em veículo de

tração animal, em regime de exclusividade, pelo período de dois anos, nos termos do programa anexo.” O referido programa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – INFANTÁRIO NUNO SIMÕES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Infantário Nuno Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças no dia 31 de Março, ao Museu dos Descobrimentos em Vila Nova de Gaia. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a realização de uma visita de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 02 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – GRUPO DE INVESTIGAÇÃO 3B’S – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo de Investigação 3B`s solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos participantes na Conferência Internacional “The Meniscus” 2016, no passado dia 6 de Fevereiro, ao Avepark. Assim, considerando que se trata da realização de uma sessão de trabalho que visa divulgar as atividades de investigação, ao nível internacional e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho de 5 de fevereiro de 2016 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem



como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – NÚCLEO DE ESTUDANTES DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO (NEFUM) – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “O Núcleo de Estudantes de Física da Universidade do Minho (NEFUM) solicitou a colaboração do município através da cedência dos autocarros para efetuar o transporte dos participantes no XVIII Encontro Nacional de Estudantes de Física, no dia 19 de Fevereiro, ao Avepark. Assim, considerando que se trata da realização de um encontro que visa promover e difundir atividades culturais, educativas e científicas em geral e da Física em particular, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização dos autocarros em causa, por despacho de 10 de fevereiro de 2016 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário aos motoristas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTO DE UM ACORDO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO DA REDE LOCAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “A aposta na educação e formação nos nossos jovens deve constituir prioridade não só para o município, como para as entidades locais cujo objetivo primordial se centra na promoção educativa. A partilha destes propósitos deve pois assentar numa estratégia local que envolva ativamente todos os agentes educativos em estreita articulação com outros setores e indicadores de desenvolvimento concelhio, de molde a potenciar a eficácia e eficiência dos planos delineados, bem como estabelecer metas e

objetivos mais sólidos e fundamentados na realidade local, das necessidades e interesses dos alunos e da potenciação de um enquadramento e integração socioprofissional mais ajustada. Assim, Observando os desafios educativos da atualidade, bem como a realidade concelhia no que concerne à área educativa, da necessidade de prover formação adequada aos jovens de molde a corresponder a um aumento das qualificações concelhias; E considerando que: - Na contribuição para uma sociedade mais inclusiva e integradora, a Educação e Formação contínua se perspectivam como fatores preponderantes para o desenvolvimento global da comunidade, assumindo-se como elementos potenciadores da coesão social e económica; - Urge corresponder aos desafios da atualidade, quer ao nível formativo, quer ao nível da correspondência às exigências e desafios do mercado laboral, numa era de globalização e transformações e mudanças sociais constantes; - Os municípios dispõem de atribuições nos domínios da educação, ensino e formação profissional, conforme al. d) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para prosseguir esta atribuição a Câmara Municipal dispõe da competência prevista na al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, segundo a qual compete ao órgão executivo *“promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.”* Atentando ao percurso desenvolvido até ao momento, bem como as metas globais e específicas traçadas ao nível do Município para a área educativa, pretende-se com este Acordo de Cooperação, que vigorará até setembro de 2017, estabilizar e formalizar o trabalho



de articulação e coordenação entre os diversos intervenientes na denominada Rede Local de Educação e Formação de Guimarães, e traçar novos *clusters* de atuação em termos de metas e objetivos, possibilitados mediante intervenção articulada e sustentada de todas as Entidades. Assim, pelo exposto e no uso da competência legal prevista na al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do referido diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a celebração de um Acordo de Cooperação, com as entidades indicadas na minuta em anexo, designadamente o Centro de Emprego do Médio Ave, os catorze Agrupamentos de Escolas, as duas Escolas Secundárias, dois Estabelecimentos de Ensino Público e Privado que ministram cursos de nível secundário e/ou terceiro ciclo do ensino básico – Colégio do Ave e Colégio Nossa Senhora da Conceição, as três Escolas Profissionais do concelho – Cisave, Cenatex e Profitecla, O Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e a Escola Superior Artística de Guimarães que constituem dois dos Estabelecimentos de Ensino Superior a funcionar no território, os dois Centros de Formação de Professores de Guimarães – Martins Sarmiento e Francisco de Holanda, o Centro para a Qualificação e Ensino Profissional Local e a Associação Comercial e Industrial de Guimarães.” A minuta do Acordo de Cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – PARCERIA ABAE/MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO ESCOLAS 2015/2016 – Presente a seguinte proposta: “Em sua reunião do passado dia 21 de janeiro a Câmara Municipal deliberou aprovar uma proposta de Parceria ABAE/Municípios no âmbito do Programa Eco Escolas 2015/2016, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 70€/escola, num total de 38, com custo estimado de €2.660,00. No entanto,

verificou-se que tal proposta não foi acompanhada do documento comprovativo do respetivo cabimento de verba da quantia supra mencionada. Tendo entretanto sido emitido o documento que comprova o cabimento da verba, propõe-se que a Câmara Municipal revogue aquela deliberação e que aprove, novamente, a proposta então apresentada e que tinha o seguinte teor: "A Câmara Municipal de Guimarães coopera para a implementação do Programa Eco-Escolas, desde os anos 2001/2002 sendo que esta parceria tem produzido efeitos positivos, ao nível da obtenção do respetivo Galardão, por parte das escolas aderentes, constituindo-se igualmente como um indicador de desenvolvimento sustentável e de eficiência ao nível da educação ambiental. Os Projetos Eco-Escolas desenvolvidos nas escolas do Concelho têm contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização ambiental, pela promoção de atividades pedagógicas, que contribuem de forma efetiva para a promoção de uma eco-sustentabilidade na própria escola, reduzindo assim o impacto no ambiente e os custos no seu funcionamento. Por outro lado, os projetos Eco Escolas só podem ser efetivados mediante o estabelecimento de parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Câmara Municipal de Guimarães. Nestes termos e analisada a parceria mais uma vez proposta, no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a assinatura do protocolo (em anexo) entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o Município se compromete apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas 2015/2016, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 70€/escola, num total de 38, com custo estimado de 2660,00€, nos termos da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Note-se que o contributo financeiro solicitado por escola, que é essencial para assegurar o



desenvolvimento deste projeto, se destina à comparticipação parcial das despesas inerentes à implementação do Programa (despesas de gestão, mailings, produção de materiais, edição de bandeiras e certificados, pagamento à FEE internacional da quota/escola, etc.). As Escolas inscritas encontram-se discriminadas em anexo.” O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças e jovens residentes nos empreendimentos sob a gestão da empresa, nos dias 21, 22 e 23 de Março. Considerando que se trata de deslocações inseridas no programa de Férias da Páscoa e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho de 2 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à consideração do Executivo Camarário o transporte solicitado para deliberação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade-----

AÇÃO SOCIAL - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 - PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL – PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

– **FREGUESIA DE RONFE** - Presente a seguinte informação: “Na sequência da 1.^a edição do Orçamento Participativo decorrida no ano de 2013, foram realizados sete projetos de cariz social que se revelaram do maior interesse para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. O projeto Intervenção Local - Promoção da Qualidade de Vida abrange as instituições com valências de apoio a idosos da Comissão Social Interfreguesias do Oeste (Centro Social de Brito, Centro Social Paroquial de Ronfe e Fundação Casa de Paço) teve como objetivo proporcionar terapia ocupacional aos idosos daquelas instituições e também aos idosos acompanhados pelo Programa Guimarães 65+. Para o efeito, contou com a colaboração de três terapeutas ocupacionais. Após um ano de execução, de outubro de 2014 a setembro de 2015, esta equipa de profissionais colaborou com as três instituições referidas no acompanhamento de 140 idosos, permitindo assim uma melhoria significativa na sua autonomia e qualidade de vida, proporcionando um envelhecimento saudável e ativo que retarda situações de dependência. Estes resultados não só refletem o envolvimento destes agentes como promovem a articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando que a continuidade deste projeto se tornou essencial para garantir uma maior qualidade de vida a estas populações, submete-se para apreciação a transferência a título de subsídio do valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 15 de março de 2016 a 14 de março de 2017), para a Junta de Freguesia de Ronfe, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de modo a ser garantida a continuidade dos recursos humanos afetos a este projeto.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**



AÇÃO SOCIAL - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 - PROJETO RAÍZES - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – Presente a seguinte

proposta: “Na sequência da 1.ª edição do Orçamento Participativo decorrida no ano de 2013, foram realizados sete projetos de cariz social que se revelaram do maior interesse para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. O Projeto Raízes teve como principal objetivo a implementação de um gabinete de proximidade que atualmente responde às solicitações de casos em situação de pobreza ou de exclusão social e desenvolve atividades de animação comunitária das freguesias de Lordelo, Moreira de Cónegos, Guardizela, Serzedelo e União de Freguesias de Conde e Gandarela que integram a Comissão Social Interfreguesias Sul Nascente. Para o efeito, contou com a colaboração de uma equipa multidisciplinar constituída por um psicólogo, uma socióloga e uma assistente social. Após um ano de execução, de outubro de 2014 a setembro de 2015, o projeto revelou-se de grande impacto na comunidade pelos resultados que apresentou: acompanhamento psicológico (248 consultas), prevenção dos processos de envelhecimento (depressão e demências), promoção do envelhecimento ativo (42 idosos integram a universidade sénior), promoção de competências parentais, entre outras ações também dirigidas ao público em geral nas quais estão envolvidos 15 parceiros locais. Estes resultados não só refletem o envolvimento destes agentes, como promovem a articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando que a continuidade deste projeto se tornou essencial para garantir uma maior qualidade de vida a estas populações, promovendo sinergias locais para estas especificidades e problemáticas e sendo os recursos deste território insuficientes, tendo a Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos assumido a

continuidade da equipa técnica desde outubro de 2015, submete-se a apreciação a transferência a título de subsídio do valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros), correspondente ao período de 16 de setembro de 2016 a 15 de setembro de 2016, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de modo a ser garantida a continuidade dos recursos humanos afetos a este projeto.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AÇÃO SOCIAL - PROJETOS SOCIAIS - PROJETO CONSIGO - EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE - FREGUESIA DE INFANTAS – Presente a seguinte proposta: “A Rede Social de Guimarães, desde 2006, no seu diagnóstico social do território, considerou como prioritário a intervenção social na Comissão Social Interfreguesias Sudoeste da Montanha da Penha constituída pelas freguesias de Pinheiro e Infantas e pelas Uniões de Freguesias de Tabuadelo/S. Faustino, Serzedo/Calvos e Abação/Gémeos. Atendendo a esta necessidade, a Câmara Municipal implementou um Gabinete Social de Desenvolvimento Local com o objetivo de assegurar um atendimento de proximidade e promover o desenvolvimento comunitário, serviço que vem sendo prestado desde então e há já uma década, atendendo à escassez de respostas sociais à população aí residente. O aumento do envelhecimento e da longevidade da população e das patologias adjacentes a este processo conduz à necessidade de proporcionar respostas de intervenção social baseadas na promoção de condições de autonomia e bem-estar, favorecendo a permanência das pessoas dependentes no domicílio e no seu meio familiar e social. Nesta área geográfica, verificamos 311 idosos a viver em residências



familiares (Censos de 2011) nas quais todos os membros do agregado familiar têm 65 ou mais anos (INE, 2012), tendo sido sinalizados até dezembro de 2015; 116 idosos em situação de isolamento geográfico/social pelo Programa Guimarães 65+. Atendendo às características e especificidades deste território, urge a necessidade de implementar respostas sociais que permitam colmatar as carências da população que apresenta algum grau de incapacidade. O Projeto Consigo que aqui apresentamos tem como principais objetivos o acompanhamento, em contexto domiciliário, dos idosos referenciados pelo programa Guimarães 65+ e de pessoas com algum grau de dependência; promover junto dos seus cuidadores os meios necessários a esse acompanhamento; criar um banco de produtos adaptativos privilegiando a reciclagem e/ou reutilização de equipamentos adquiridos e/ou doados ao projeto contribuindo para a redução do impacto ambiental e preservação do ambiente e, por fim, alargar o número de respostas sociais existentes na CSIF. Considerando a pertinência deste projeto, e o seu caráter inovador que oferece respostas adequadas para este público, garantindo a sua maior qualidade de vida, submete-se a aprovação a implementação do "Projeto Consigo" e, para tal, a transferência a título de subsídio do valor de €60.000,00 (sessenta mil euros), correspondente ao período de 12 meses (de 15 de março de 2016 a 14 de março de 2017), à Junta de Freguesia de Infantas, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para garantir uma equipa multidisciplinar e a aquisição de produtos adaptativos."

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS

CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JANEIRO

DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA - OSMUSIKÉ – ASSOCIAÇÃO MUSICAL E ARTÍSTICA DO CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: "OSMUSIKÉ – Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos elementos do grupo, no dia 12 de Março, ao Clube Fenianos, no Porto. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que tem como objetivo a participação num espetáculo de divulgação de Guimarães às gentes do Porto e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 02 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – GRUPO CULTURAL "OUTRA VOZ" E ASSOCIAÇÃO



CULTURAL SOOPA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural “Outra Voz” e a Associação Cultural SOOPA pretendem a colaboração do município através dos autocarros para efetuar o transporte do coro “Outra Voz”, nos dias 31 de Março, 2 e 3 de Abril. Assim, considerando que se trata de deslocações que visam a participação do coro “Outra Voz” numa série de filmagens que irão decorrer na Black Box da Fábrica Asa e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização dos autocarros em causa, por despacho de 4 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalhos extraordinários aos motoristas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – ERDAL – ESCOLAS DE REFERÊNCIA DE DESPORTOS DE AR LIVRE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A ERDAL solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos participantes no Passeio em Família que se realizará no dia 19 de Março na Ecopista do Tâmega. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade desportiva de convívio familiar e social, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho de 2 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o pedido de transporte efetuado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - OS SANDINENSES - GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DE SANDE S. MARTINHO –

CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: "Os Sandinenses – Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Sande S. Martinho solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa do escalão de formação, entre os dias 20 a 25 de Junho, ao Algarve. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 05 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista." **APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – PEVIDÉM SPORT CLUBE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "O Pevidém Sport Clube solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos atletas de formação sub10 e sub11, entre os dias 27 de Junho a 3 de Julho, a Lisboa. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 05 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista." **APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO VITÓRIA SPORT CLUB – REALIZAÇÃO DA TAÇA DAVIS EM GUIMARÃES –**

Presente a seguinte proposta: “Guimarães receberá nos dias 4 a 6 de março a etapa Portuguesa da Taça Davis em Ténis, que reunirá os melhores tenistas Portugueses, como o Vimararense João Sousa e a seleção da Áustria, na primeira eliminatória do Grupo I da Zona Europa/África, num evento que será realizado no Pavilhão do Vitória Sport Clube, com capacidade para cerca de 2.500 espetadores. Esta competição internacional contará com a transmissão televisiva dos jogos, com claros benefícios por parte de Guimarães, que beneficiará de uma promoção turística e de imagem ímpares. Para o acolhimento desta competição de alto nível, será necessário realizar uma intervenção e um conjunto de obras de requalificação e adaptação do Pavilhão Desportivo do Vitória Sport Club, beneficiações essas imprescindíveis para a melhoria das infraestruturas destinadas aos espetadores, às equipas e à competição propriamente dita. Considerando a organização desta competição de alto nível, numa altura em que o Ténis Português atravessa um nível muito elevado, e que o Pavilhão Desportivo do Vitória Sport Clube necessita desta requalificação para acolher com dignidade este evento desportivo internacional, propõe-se, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, a atribuição de um apoio financeiro extraordinário, no valor de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) ao Vitória Sport Club.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

DOCUMENTOS PREVISIONAIS – REVISÃO ORÇAMENTAL –

Presente a seguinte proposta: “Considerando que, aquando da elaboração do orçamento para o ano 2016, não puderam ser contemplados os valores respeitantes à venda das ações das Águas

do Norte, SA, determinadas rubricas não foram dotadas de meios orçamentais por insuficiência da receita estimada. Estando agora reunidas as condições para inscrever o resultado daquela venda como receita municipal, e considerando as informações dos diversos Serviços juntas em anexo, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: -----

RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA: Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 05.07.01 designada por Rendimentos da propriedade - Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras - Empresas públicas, no valor de €2.287.590,00; Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 06.08.01 designada por Transferências Correntes - Famílias, no valor de €3.000,00; Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 11.06.01 designada por Ativos financeiros - empréstimos a médio e longo prazo - sociedades e quase-sociedades não financeiras, no valor de €10.000,00; Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 11.08.01 designada por Ativos financeiros - Ações e outras participações - Sociedades e quase-sociedades não financeiras, no valor de €2.021.575,00. -----

RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA - Reforço / inscrição no valor total de €4.402.188,00 nas seguintes rubricas orçamentais:--

Designação	Rubrica	Valor
Projetos Escolas Transferências correntes – instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades 2.1.1.2.5801 07-040701	8 875,00
Programa de atividades de enriquecimento curricular Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.1.1.2.5802 07-020225	38 115,00
Refeitórios escolares Aquisição de bens e serviços – aquisição de bens – alimentação – refeições confeccionadas	Plano de Atividades 2.1.2.56 07-020105	6 118,00
Transportes escolares	Plano de Atividades	422 530,00



Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	2.1.2.57 07-020210	
Outras despesas correntes - diversas - outras - restituições	0103-06.02.03.01	211 519,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – pessoal do quadro - regime contrato individual de trabalho - pessoal em funções	14-01.01.04.01	25 340,00
Despesas com o pessoal – remunerações certas e permanentes – pessoal do quadro - regime contrato individual de trabalho – alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	14-01.01.04.02	50,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal do quadro - regime contrato individual de trabalho – alterações facultativas de posicionamento remuneratório	14-01.01.04.03	50,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – pessoal do quadro - regime contrato individual de trabalho – recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	14-01.01.04.04	23 525,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal em regime de tarefa ou avença	14-01.01.07	100,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal aguardando aposentação	14-01.01.08	200,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal em qualquer outra situação	14-01.01.09	200,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - representação	14-01.01.11	1 753,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - suplementos e prémios	14-01.01.12	100,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – subsídio de refeição-Quadro	14-01.01.13.01	2 450,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – subsídio de refeição - Outra situação	14-01.01.13.02	100,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – subsídio de férias e de Natal – Quadro	14-01.01.14.01	8 145,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – subsídio de férias e de Natal - Outra Situação	14-01.01.14.02	100,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – remunerações por doença e maternidade / paternidade	14-01.01.15	500,00

Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - horas extraordinárias	14-01.02.02	100,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - alimentação e alojamento	14-01.02.03	50,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - ajudas custo	14-01.02.04	300,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - formação	14-01.02.06	50,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - subsídio de trabalho noturno	14-01.02.10	100,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - subsídio de turno	14-01.02.11	100,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - Indemnização por cessação de funções	14-01.02.12	200,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais - outros suplementos e prémios – prémios de desempenho	14-01.02.13.01	100,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais – outros suplementos e prémios – outros	14-01.02.13.02	100,00
Despesas com o pessoal - abonos variáveis ou eventuais – outros abonos em numerário ou espécie	14-01.02.14	200,00
Despesas com o pessoal – segurança social – encargos com saúde	14-01.03.01	500,00
Despesas com o pessoal – segurança social – subsídio familiar a crianças e jovens	14-01.03.03	100,00
Despesas com o pessoal – segurança social – outras prestações familiares	14-01.03.04	50,00
Despesas com o pessoal – segurança social – contribuições para a segurança social – segurança do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas – caixa geral de aposentações	14-01.03.05.02.01	13 960,00
Despesas com o pessoal – segurança social – contribuições para a segurança social – segurança do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas – segurança social – regime geral	14-01.03.05.02.02	500,00
Despesas com o pessoal – segurança social – contribuições para a segurança social – outros	14-01.03.05.03	50,00
Despesas com o pessoal – segurança social – acidentes em serviço e doenças profissionais	14-01.03.06	200,00
Despesas com o pessoal – segurança social – seguros – seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	14-01.03.09.01	200,00
Despesas com o pessoal – segurança social – seguros – seguros de saúde	14-01.03.09.02	100,00
Aquisição de bens e serviços – aquisição de bens – vestuário e artigos pessoais	14-02.01.07	50,00



Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – transportes	14-02.02.10	100,00
Transferências correntes – famílias – outras - programas ocupacionais	14-04.08.02.01	300,00
Aquisição de bens e serviços – aquisição de bens – material de escritório	14-02.01.08	100,00
Aquisição de bens e serviços – aquisição de bens – livros e documentação técnica	14-02.01.18	50,00
Aquisição de bens e serviços – aquisição de bens – outros bens	14-02.01.21	100,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – conservação de bens	14-02.02.03	100,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – deslocações e estadas	14-02.02.13	100,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – estudos, pareceres, projetos e consultadoria	14-02.02.14	250,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – formação	14-02.02.15	200,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – outros trabalhos especializados	14-02.02.20	100,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	14-02.02.25	250,00
Outras despesas correntes - diversas - outras	14-06.02.03.05	100,00
Mobiliário, Equipamento e material didático Aquisição de bens de capital – investimentos – equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.01 07-07.01.10.02	58 258,00
Parques infantis para Jardins de Infância Aquisição de bens de capital – investimentos – equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.1.03 07-07.01.10.02	75 400,00
Requalificação do edifício Jordão e garagem avenida para a Escola de Música e Artes Performativas e Visuais Aquisição de bens de capital – investimentos – edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.07 03-07.01.10.02	500 000,00
Grandes reparações em vias municipais Aquisição de bens de capital – bens de domínio público – outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.03 03-07.03.03.01	3 000 000,00

Diminuição no valor total de €80.023,00 nas seguintes rubricas orçamentais:

Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal do quadro - regime contrato individual de trabalho - pessoal em funções	07-01.01.04.01	67 675,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas	07-01.01.13.01	2 450,00

Designação	Rubrica	Valor
e permanentes – Subsidio de refeição-Quadro		
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes – subsídio de férias e de Natal – quadro	07-01.01.14.01	8 145,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - representação	08-01.01.11	1 753,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº12 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNIICPAL. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:55 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Domingos Ribeiro Sampaio** que perguntou se o Presidente da Câmara havia recebido uma exposição da sua autoria sobre a largura de um caminho no Bairro Leão XIII, que estará a ser reduzida em virtude da construção de muros de vedação, impedindo o acesso a viaturas para cargas e descargas.-----

Sobre a intervenção o **Presidente da Câmara** disse que a exposição, logo que recebida, é encaminhada para que os respetivos serviços se pronunciem. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----